

Mulheres nas Agitações Trabalhistas em Belém entre 1918 a 1919: nas greves, nos sindicatos e na imprensa operária

Mujeres en la Agitación Laboral en Belém de 1918 a 1919: en las huelgas, en los sindicatos y en la prensa obrera

Women in Labour Agitations in Belém between 1918 to 1919: in the strikes, in the unions and in the working press

Marcos Lucas Abreu Braga

Resumo: A conjuntura de 1917 a 1919 foi marcada por uma intensa agitação trabalhista em Belém, com empreendimento de dezenas de greves e manifestações coletivas dos trabalhadores desta cidade. Este artigo tem como objetivo analisar a participação das mulheres no movimento operário deste contexto. Assim, com base na consulta de periódicos, tanto da grande imprensa comercial diária quanto dos jornais proletários, se mapeou os diversos movimentos paredistas empreendidos e protagonizados pelas trabalhadoras belenenses, bem como seu envolvimento nas greves gerais que eclodiram entre esses anos; verificou-se a presença delas nos sindicatos e associações classistas existentes, assim como a atuação de algumas delas enquanto articulistas e leitoras da imprensa operária – que, por sua vez, também levantava a temática da “emancipação feminina” em suas páginas – que circulou no período.

Palavras-chave: Mulheres. Belém. Movimento operário.

Resumen: La coyuntura de 1917 a 1919 estuvo marcada por un intenso malestar laboral en Belém, con decenas de huelgas y manifestaciones colectivas de los trabajadores de esa ciudad. Este artículo tiene como objetivo analizar la participación de las mujeres en el movimiento laboral en este contexto. Así, a partir de la consulta de publicaciones periódicas, tanto en la gran prensa comercial diaria como en los periódicos proletarios, se mapearon los distintos movimientos huelguistas emprendidos y llevados a cabo por las trabajadoras belenianas, así como su implicación en las huelgas generales que estallaron entre estos años; se verificó su presencia en los sindicatos y asociaciones de clases existentes, así como la actuación de algunas de ellas como columnistas y lectoras de la prensa obrera - que, a su vez, también planteó en sus páginas el tema de la "emancipación femenina" - que he circulado en el transcurso del tiempo.

Palabras clave: Mujeres. Belém. Movimiento obrero.

Abstract: The conjuncture from 1917 to 1919 was marked by intense labor unrest in Belém, with dozens of strikes and collective demonstrations by workers in that city. This article aims to analyze the participation of women in the labor movement in this context. Thus, based on the consultation of periodicals, both in the large daily commercial press and in the proletarian newspapers, the various strikes movements undertaken and carried out by the belenian workers were mapped, as well as their involvement in the general strikes that broke out between those years; it was verified their presence in existing trade unions and class associations, as well as the performance of some of them as columnists and readers of the working press - which, in turn, also raised the theme of "female emancipation" in its pages - which circulated in the time course.

Keywords: Women. Belém. Labor movement.

Marcos Lucas Abreu Braga – Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor na Secretaria de Educação do Amazonas (SEDUC-AM). Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFAM. E-mail: marcoslucasab@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os anos finais da década de 1910 foram um momento muito difícil para a população da região amazônica como um todo e para a classe trabalhadora urbana em particular. Aos efeitos da crise da borracha, iniciada em 1911 devido à queda brutal no preço do principal produto da região – o látex, que correspondia à quase 80% das exportações dos Estados do Amazonas, do Pará e do Território Federal do Acre –, somou-se as consequências econômicas da Primeira Guerra Mundial, gerando falências de casas aviadoras e comerciais, desemprego, carestia ou desabastecimento dos gêneros mais básicos e mesmo a miséria e indigência de muitas pessoas nos sertões da Amazônia e nas periferias dos principais centros urbanos (SANTOS, 1980, p. 260-280; WEINSTEIN, 1993, p. 241-294). Essa crise agravou problemas que afetavam as classes subalternas e que não tinham sido equacionados nem mesmo no momento de maior fausto da economia da borracha, como as questões da falta ou precariedade das habitações (CANCELA, 2006, p.121-135) e do saneamento (VIEIRA, 2016). Como se não bastasse, a população de Belém ainda teve de enfrentar os efeitos da epidemia de gripe espanhola no mesmo momento (MARTINS, M., 2018).

Ao mesmo tempo, o operariado urbano da cidade, que já possuía alguma experiência na organização de sociedades proletárias e empreendimentos de greves desde as décadas finais do século anterior¹, respondeu às dificuldades da conjuntura e acompanhou a onda de agitação que se avolumava em outras regiões do país, *quicá* do Mundo, entre 1917 a 1920, empreendendo, nesta conjuntura, dezenas de greves – de várias categorias – ou manifestações públicas e coletivas, além da fundação de diversos sindicatos e da publicação de quase uma dezena de jornais operários. Parte do proletariado belemense que se organizava na União Geral dos Trabalhadores (UGT), fundada no começo de 1914, e – após o fechamento desta, em novembro de 1918 – na Federação das Classes Trabalhadoras do Pará (FCT), ambas de tendência sindicalista revolucionária com fortes elementos anarquistas, entabulou pelo menos três greves gerais entre 1918 a 1919: em outubro de 1918, em solidariedade às reivindicações salariais dos motoristas e condutores de bondes elétricos da *Pará Elétrica*; no final de novembro do mesmo ano, em protesto contra o fechamento da União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro; e em maio de 1919, reivindicando a jornada de trabalho de oito horas diárias, além de pautas específicas de várias categorias. Nessas manifestações, pode-se perceber uma enorme pluralidade de sujeitos sociais no interior da classe trabalhadora, de diversas categorias profissionais, nacionalidades, tendências político-ideológicas e de gênero.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo verticalizar a análise da atuação de uma categoria social específica nesta conjuntura de agitações trabalhistas: as operárias fabris de Belém, procurando identificar os movimentos grevistas em que elas tomaram parte ou foram protagonistas, as organizações trabalhistas que elas participavam, bem como sua atuação no espaço do período operário da capital amazônica.

Conforme já apontou Michelle Perrot, “da História, muitas vezes a mulher é excluída” em grande medida porque os materiais que os historiadores se utilizam para escrevê-la são em sua maioria produzidos por homens, que possuíam o monopólio do texto e das coisas públicas. Mesmo as militantes têm dificuldades em “se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes” (PERROT, 2017, p. 170-172). Por isso, recorreremos à imprensa

¹ A historiografia sobre o movimento operário no Pará conta com poucos estudos, dos quais destaca-se: FONTES, 2002; OLIVEIRA, 2019; SALLES, 1992, 2001; sobre as operárias no início da década de 1930, RODRIGUES, 2013.

periódica; tanto a chamada grande imprensa, comercial e diária, representada pelo *Estado do Pará*², quanto pela imprensa operária que circulou no período, como o *Jornal do Povo*³, *A Revolta*⁴, *O Semeador*⁵ e *A Voz do Trabalhador*⁶. Esta base documental, embora de suma importância, restringe as perguntas que os historiadores podem fazer: na imprensa diária, as trabalhadoras geralmente aparecem como números ou de forma genérica⁷, dificilmente se pode identificar seus nomes e, mais raramente ainda, a nacionalidade ou etnia delas. A imprensa operária é um pouco mais solícita, pois além de dar uma maior ênfase no mundo do operariado feminino em artigos e editoriais, também traz à tona algumas vozes de mulheres que se utilizaram de suas páginas para entabular suas reivindicações – o que não chega a surpreender, pois, conforme já percebera Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2015, p.173), “as páginas dos jornais operários constituem uma das fontes mais importantes para se chegar a dimensões do viver urbano até hoje pouco exploradas”, como a experiência e formas de lutas das operárias dos grandes centros.

1. As Mulheres nos Mundos do Trabalho de Belém: breve panorama.

Quanto às possibilidades de emprego para as mulheres em Belém de fins dessa década, elas poderiam ocupar os postos de trabalhos de forma majoritária em várias categorias: cozinheiras, engomadeiras, lavadeiras, passadeiras, vendedoras ambulantes, tacacazeiras, empregadas domésticas, prostitutas, enfermeiras, professoras, dentre outras. Na classificação dos habitantes de Belém segundo suas profissões, realizada pela Diretoria Geral de Estatística em 1920, as categorias com maior número de mulheres foram a indústria de “vestuário e toucador”, que empregava 7.281 operárias; o “serviço doméstico”, com 5.169 trabalhadoras; a “agricultura, etc”, com 4.002; e o “Magistério”, que empregava 1.083 professoras. Em outros ramos da indústria, como na alimentação, cerâmica e produtos químicos, elas somavam 218. Nos transportes, 66; sendo 50 em “marítimos e fluviais” e apenas 16 nos “terrestres e aéreos” e nos correios. Já nas diversas modalidades de comércio, representavam 307, cuja maioria – 232 – foi classificada em “Outras espécies de comércio”⁸ – o que provavelmente representava o comércio ambulante ou em pequenas bancas.

Tais números não podem, todavia, ser tomados como reflexos fiéis da realidade, pois podem comportar possíveis erros, elementos não incluídos e critérios questionáveis. A presença de algumas dezenas ou centenas de prostitutas em Belém, embora não indicada pelo censo, pode ser muito facilmente proposta e deduzida. Já a cifra de quase 70.000 mulheres maiores de 14 anos classifi-

² Diário matutino que começou a circular em abril de 1911, foi – ao lado do *Folha do Norte* – um dos principais periódicos da “grande imprensa” no período, com 6 a 8 páginas. Fundado por Justo Chermont, fez oposição ao intendente Antônio Lemos e se alinhou ao grupo político de Lauro Nina Sodré, procurando “firmar laços de solidariedade com as ricas famílias do estado” por meio de sua coluna *Notas Socias* (VIEIRA, 2016, p. 19-22)

³ Semanário dito independente, de 4 páginas, cujo diretor era Alberro Martins. Circulou entre meados de 1918 a meados de 1919. Tinha fortes laços com a UGT, frequentemente cedendo suas páginas aos sindicatos associados a ela.

⁴ Pequeno semanário de 4 páginas, organizado pelo grupo anarquista “Aurora Libertária”, tinha vínculos com os trabalhadores da construção civil. Circulou entre julho de 1919 a abril de 1920, quando se fundiu com *O Semeador* para formar o *A Voz do Trabalhador*.

⁵ Semanário de 4 páginas de responsabilidade do grupo “Os Semeadores”, coletivo sindicalista revolucionário formado por trabalhadores de várias categorias. Seu primeiro número veio a lume em abril de 1919 e seu 44º e último em março de 1920. Deixou de circular por conta do lançamento do *A Voz do Trabalhador*.

⁶ Também semanário de 4 páginas, foi formado pela fusão dos dois anteriores. Foi o órgão oficial da Federação das Classes Trabalhadoras do Pará, circulando entre maio a outubro de 1920.

⁷ Quando informam que nas manifestações operárias participaram pessoas de ambos os sexos; ou citando categorias específicas – costureiras, cordoeiras, cigarreiras, por exemplo.

⁸ Recenseamento Geral do Brasil 1920 – Volume IV (5ª parte) – tomo 1 – População. p. 134-137

cadadas como profissões “mal definidas”, “não declaradas” ou “sem profissão” pode mascarar uma miríade de situações de desemprego momentâneo em um momento de crise ou de trabalhadoras sem emprego fixo, exercendo diversas atividades laborais ao longo da vida.

Dentre as categorias profissionais com maior presença de mulheres, segundo o recenseamento de 1920, as operárias das indústrias foram as mais ativas no que tange aos movimentos paredistas e à vida associativa. O que é compreensível se analisarmos as outras categorias com forte presença feminina. Por um lado, as professoras – embora fossem assalariadas – pertenciam às franjas de classe, entre a classe trabalhadora e os segmentos médios urbanos. Na condição de alfabetizadas e formalmente educadas, grande parte delas poderia ser oriunda de famílias das classes médias ou mesmo das elites paraenses. Mesmo as de origens mais humildes poderiam considerar o magistério como forma de ascensão socioeconômica e de conquista de distinção social. Nesse sentido, as professoras tinham uma “respeitabilidade social” – reforçada por exercerem um trabalho intelectual – que as desestimulavam de participar dos movimentos dos trabalhadores manuais urbanos.

A categoria de “agricultura, etc”, por sua vez, não especifica se eram trabalhadoras assalariadas, pagas por empreitada ou pequenas proprietárias que produziam para subsistência e/ou para vender os excedentes; talvez indique todas as situações. Também pode incluir trabalhadoras sazonais, que circulavam entre os meios rural e urbano, trabalhando nas plantações e se estabelecendo na cidade nas entressafras.

Já as trabalhadoras domésticas, embora numerosas na capital paraense, estavam submetidas a uma disciplina e a uma cobrança para que fossem “morigeradas”, tendo seu comportamento fora do local de trabalho fiscalizado pelos patrões, principalmente em relação à vida sexual e às formas de lazer e sociabilidade, mas o que também incluía a condenação à participação delas nos movimentos de contestação social e nas organizações classistas. A divisão das domésticas em unidades de trabalho restritas – as casas dos patrões – dificultava o contato direto entre elas, o que era acentuado pelo fato de que uma parte delas residia na casa dos empregadores. Essa característica dificultava sobremaneira a organização de sindicatos da categoria e a preparação de greves. Isso não significa, todavia, que as domésticas não empreendessem atos de resistência ao domínio dos patrões de forma individual em seus cotidianos (LOBO, 2019, p. 359-388). No entanto, como já mencionado, aqui será dada ênfase nas manifestações tradicionalmente identificadas como classistas: as greves, os sindicatos e a imprensa operária.

2. As operárias fabris nas greves e nos sindicatos:

As empregadas em fábricas, por sua vez, concentravam-se às dezenas ou às centenas em estabelecimentos industriais, que preferiam sua mão de obra já que seus salários eram – assim como os dos menores de idade – mais baixos do que o de trabalhadores masculinos. São exemplos de indústria de Belém que se utilizavam da mão de obra feminina em larga escala a Fábrica Palmeira, fundada em 1892, localizada na então rua Paes de Carvalho, que produzia doces, biscoitos e produtos alimentícios – em 1923, contava com 54 operários e 35 máquinas⁹; a Fábrica de cordas Perseverança, reinaugurada em 1912, quando contava com cerca de “180 operários, entre homens, mulheres e crianças”¹⁰; a Fábrica de Roupas Alliança, uma das maiores da cidade, localizada rua

⁹ BELÉM de todas as épocas. s/d. p. 320-321 Disponível em: <https://issuu.com/belemdasepocas/docs/belemdetodasasepocas/189>. Consultado em 26 de abril de 2021.

¹⁰ “Fábrica Perseverança”. *Estado do Pará*, Belém. n.º 370, 15 de abril de 1912, p. 1.

de Santo Antônio, nº 83-A, que ocupava em 1918 cerca de 400 “operários e operárias externas e internas”; e a Fábrica de fumos Girafa – localizada na rua da Indústria, 81 –, que neste mesmo ano empregava algo em torno de 200 operárias e 50 operários¹¹. Premidas por ambientes insalubres, salários de miséria e pelo autoritarismo dos patrões e capatazes, estas trabalhadoras fabris entabularam uma sequência de greves e movimentos de protesto entre o final de 1918 e o início de 1919. O protagonismo das operárias fabris no movimento operário pode ser verificado em outros Estados no mesmo período, como em São Paulo (FRACARRO, 2017) e no Amazonas (PINHEIRO; PINHEIRO, 2017, p.160-172).

Em agosto de 1918, o *Jornal do Povo* noticiou em um pequeno artigo que algumas operárias da Fábrica Palmeira, “coagidas pelas exigências de seus usurpadores patrões, querendo obrigá-las a trabalhar quase todo o dia dentro de uma estufa, onde o calor é demasiadamente asfíxiante, revoltaram-se e declaram-se em greve”¹², sendo todas imediatamente dispensadas da fábrica e substituídas por fura-greves, sufocando desta forma o protesto. A mesma matéria ainda afirma que os patrões pagavam 9\$000 por semana às trabalhadoras, justificando a quantia insignificante pelo fato de darem às empregadas café com pão e doces para a merenda delas. Neste movimento, o estopim foi a condição escorchante e insalubridade do ambiente de trabalho.

Algumas semanas depois – em 27 de setembro de 1918 –, cerca de duzentas e cinquenta trabalhadoras costureiras, engomadeiras e pregadeiras da Aliança entraram em greve, reivindicando aumento salarial¹³. No dia seguinte ao início da *parede* (como também eram chamadas as greves naquele momento), as grevistas ocuparam os arredores das fábricas, tentando convencer as companheiras que ainda estavam trabalhando a aderirem ao movimento; a UGT interveio, organizando uma tabela de pagamentos a ser apresentada aos donos da fábrica¹⁴. No terceiro dia de parede, as operárias se reuniram na sede da UGT para discutir a tabela de preços a ser reivindicada e, no mesmo dia, a apresentaram aos patrões; o *Estado do Pará* ainda apontou que nesta reunião “estiveram presentes, além das operárias, várias pessoas pertencentes a outras classes trabalhadoras”¹⁵. No início de outubro, o movimento continuava com as trabalhadoras em greve fazendo “guarda pelas imediações da fábrica com o fim de impedir que algumas operárias voltem ao trabalho”; a repressão também se intensificou: cerca de 60 operárias foram detidas pelos agentes da polícia e o *Estado do Pará* relatou, sem maiores detalhes, que “a grevista Graciana Santos deu explicações às autoridades.”¹⁶. A ausência de referências posteriores indica que, provavelmente, a repressão sufocou o movimento.

Algumas semanas depois, as costureiras voltariam a paralisar o trabalho em apoio aos trabalhadores da *Pará Elétric*, na ocasião da greve geral de outubro de 1918. Antes de aderirem formalmente à greve, elas já atuavam na mobilização de solidariedade, condenando, de forma jocosa, os fura-greves. Um articulista do jornal *Estado do Pará* relatou que: “Ante-hontem [dia 9/10/1918], à tarde, na avenida 15 de agosto, um grupo de costureiras vaiou o motorneiro e o condutor de um [bonde] elétrico, a quem mandaram vestir saias, por não terem os mesmos aderido aos seus companheiros de classe.”¹⁷. O escárnio das trabalhadoras aos seus companheiros também era uma

¹¹ “A grande exposição comercial e industrial promovida pelo Grêmio Literário Comercial Português”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2506, 22 de março de 1918, p. 3

¹² “A greve das operárias da Fábrica Palmeira”. *Jornal do Povo*, Belém. nº 16, 17 de agosto de 1918, p. 2.

¹³ “Gréve Operária”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2695, 28 de setembro de 1918, p. 1.

¹⁴ “Gréve Operária”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2696, 29 de setembro de 1918, p. 1.

¹⁵ “A Greve”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2697, 30 de setembro de 1918, p. 2.

¹⁶ “Gréve Operária”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2699, 2 de outubro de 1918, p. 2.

¹⁷ “A Greve dos Motorneiros e Condutores da *Pará Elétric*”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2708, 11/10/1918, p. 1.

prática comum nos movimentos classistas na França, entre o final do século XIX e início do XX; conforme afirma Perrot (2017, p.193): “Inversão, derrisão: armas clássicas das mulheres”.

Alguns dias depois, o mesmo jornal anunciou que “As operárias costureiras da Fábrica Aliança, à rua Gaspar Vianna, em número de 150, abandonaram o serviço, solidárias com os motorneiros e conductores”. Além delas, os trabalhadores da Fábrica Proença, da fábrica de cordas e da fábrica Girafa, todos estabelecimentos que possuíam mulheres em seus quadros de funcionários, também paralisaram as atividades laborais em solidariedade aos motoristas e condutores, o que indica que algumas operárias dessas fábricas também o fizeram. As costureiras e as engomadeiras foram representadas respectivamente por Isabel Vieira da Silva e Philomena Mata da Silva na comissão escolhida pelos representantes de diversas categorias solidárias aos motoristas e condutores que se reuniu com o governador do Estado, Lauro Nina Sodré, para discutir as reivindicações dos funcionários da *Pará Elétric*¹⁸. Os motoristas e condutores, com o apoio das costureiras e de outras categorias, conquistaram o aumento reivindicado.

No âmbito associativo, parte das costureiras se organizava no *Sindicato dos Artistas Alfaiates e Costureiras*, ligado à FCT. Embora a comissão executiva desta entidade tenha sido formada exclusivamente por homens¹⁹. No que pese o alijamento dos cargos dirigentes, as costureiras podiam estar presentes nas assembleias e reuniões ordinárias desta organização.

Na greve geral ocorrida no final de novembro daquele ano, em protesto contra o fechamento da *União Geral dos Trabalhadores* do Rio de Janeiro, as operárias de diversas fábricas também aderiram em peso. Fazendo um balanço do movimento, o *Estado do Pará* comentou que:

Em consequência da greve, ficaram paralisadas as seguintes oficinas: Aliança, à rua da Indústria, de propriedade de Quilhó, Pinto & Cia, onde abandonaram o serviço cerca de 120 operárias.

- Fábrica Girafa, de Nicolau da Costa & C^a, com cerca de 60 operárias em greve. Ficaram trabalhando somente 4 operárias cigarreiras e alguns empregados das oficinas.²⁰

No dia 27 de novembro, a sede da UGT (paraense) foi ocupada por uma força de 20 praças do 27º batalhão de caçadores, sob o comando do segundo tenente dr. Santana de Medeiros; o jornal que noticiou a invasão relatou que “este oficial encontrou no edifício muitos operários *de ambos os sexos*, a quem expos os fins de sua presença ali”; as cigarreiras das diversas fábricas e manufaturas de fumo da cidade também se mobilizaram junto aos seus companheiros de ofício:

Por iniciativa da União Geral dos Trabalhadores, os *cigarreiros de ambos os sexos* realizaram uma reunião no dia 24 [de novembro] (...) constituindo um agrupamento que tomou a denominação de *Sindicato dos Manipuladores de Cigarro do Pará*. Este enviou às fábricas de cigarro desta praça longos ofícios, alegando que por motivo de serem algumas fábricas dotadas de maquinas dispensando por isso

¹⁸ “A Greve dos Motorneiros e Condutores da *Pará Elétric*”. *Estado do Pará*, Belém. n° 2713, 16/10/1918, p. 1.

¹⁹ Em 1919 a comissão executiva desta organização era formada por Martinho Alves Ferreira, secretário geral; Domingos Luiz Cascaes, dito de expediente; Armando Baptista, dito de atas; João Villas, bibliotecário; Manoel Reis, tesoureiro; Cláudio Santos, José Alves e Antônio Silva d’Almeida, delegados. “Vida syndical”. *O Semeador*, Belém. n° 4, 21/5/1919, p. 4. Já em 1920, era composta por Américo A. Baptista, secretário geral; Raymundo Gomes Moreira dito de expediente; Raymundo Sanches Laura, dito de atas; Manoel A. Ignácio, tesoureiro; Antônio Moraes de Maia, bibliotecário; Manoel Alípio da Fonseca, fiscal geral. “Pelos sindicatos”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n° 6, 5/6/1920, p. 4.

²⁰ “Greve Geral”. *Estado do Pará*, Belém. n° 2755, 27 de novembro de 1918, p. 1.

o serviço de operários, para manter “empregados pequenos operários *ou operárias* para carteirar e selar”, fez-se precisa a formação do sindicato.²¹

A oposição dos cigarreiros à introdução das máquinas – vistas como responsáveis pelo desemprego – no processo produtivo vinha de anos anteriores, pelo menos desde 1914 (FONTES, 2016, p. 131). No referido ofício, o sindicato estabelecia uma tabela de preços para as carteiras das fábricas de cigarro (Esmeralda, Girafa, Pará-Amazonas, Rosa Cruz, Tabacaria Matos, Tabacaria Paraense e Casa de Risca), com o prazo de 30 horas para a resposta dos respectivos proprietários. Como alguns estabelecimentos não responderam às exigências no prazo estabelecido, o recém-formado sindicato dos cigarreiros declarou greve no dia 27, até que fossem atendidas as reclamações. Assinam o *comitê grevista* as operárias Elvira Maria Rodrigues, Isabel Paula e Angocilla Nascimento, além de Elysio Lobato, Joaquim Rezende e Raymundo Marques²². Percebe-se uma paridade dos sexos na formação do comitê.

Embora seu início tenha coincidido com o da Greve Geral, a greve dos cigarreiros e cigarreiras foi um movimento independente daquela. Tanto é que, em 29 de novembro, voltaram “aos seus labores todas as classes operárias, com exceção dos cigarreiros, ficando, pois, normalizado o movimento da cidade”²³. No dia anterior, uma comissão dos cigarreiros formada por Elysio Lobato, Raymundo Marques e a sra. Isabel Salles esteve na redação do *Estado do Pará* para prestar esclarecimentos sobre o movimento e declararam que “julgam não ser exorbitante [a tabelle proposta], atendendo a insignificância dos salários que atualmente recebem”²⁴. A greve adentrou dezembro, mas foi derrotada. Em declaração publicada na imprensa, direcionada aos cigarreiros(as), os proprietários das fábricas manufadoras de cigarro afirmaram que não seria possível atender às reclamações que lhes fizeram por aumento de salário e que aceitariam os trabalhadores que quisessem retornar pela tabela que vinham recebendo antes da greve²⁵.

No final de abril do ano seguinte, foi a vez das operárias da Fábrica de Cordas Perseverança se levantarem em greve, iniciando o que foi o movimento protagonizado por mulheres mais significativo desta conjuntura. No dia 29 daquele mês, o subprefeito da cidade recebeu a comunicação de que elas estavam em greve, mandando imediatamente para as dependências da fábrica agentes da polícia. Estes averiguaram que o movimento teria sido motivado pelo “boato espalhado entre as operárias de que os proprietários da fábrica pretendiam reduzir os salários”²⁶.

No dia seguinte, a greve se radicalizou. Mais uma vez se verificou a tentativa de interrupção da produção, a não adesão de todas as trabalhadoras do estabelecimento à greve e os conflitos entre operárias grevistas e fura-greves. Estas últimas receberam da polícia transporte em automóveis e a escolta de praças embaladas até a fábrica. Um diário local relatou que:

Ao chegarem os veículos em frente ao estabelecimento, foram assaltados pelas grevistas que, a esse tempo, já estavam acompanhadas por vários operários da fábrica, garantindo à polícia as operárias que não estavam em greve, estabelecendo-se então entre os operários e soldados uma grande confusão, tendo algumas das grevistas caído e machucado várias partes do corpo.

²¹ “Greve Geral”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2756, 28 de novembro de 1918, p. 1.

²² *Idem*, p. 1-2.

²³ “Greve Geral”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2757, 29 de novembro de 1918, p. 1.

²⁴ *Idem, Ibidem*.

²⁵ “Aos senhores operários e operárias cigarreiras”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2761, 3 de dezembro de 1918, p. 4.

²⁶ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. nº 2907, 29 de abril de 1919, p. 2.

Antes, porém, as grevistas apedrejaram o edifício da fábrica, que durante todo o dia ficou guardado por praças de infantaria e de cavalaria.²⁷

O jornal operário *O Semeador* também registrou o conflito, apresentando uma versão diferente:

Na manhã do dia seguinte [ao início da greve], quando [as grevistas] procuravam convencer as furonas, em número de dez, a não irem prejudicar a sua causa, uma força de polícia ali postada às ordens do subprefeito Cícero correua-as, espaldeirando-as e chicoteando-as à cinturão! Ficaram gravemente feridas algumas companheiras, na cabeça, nos braços e nas mãos.²⁸

No *meeting* do dia Primeiro de Maio daquele ano, alguns dos oradores fizeram “referências acrimoniosas ao facto lamentável” ocorrido alguns dias antes em frente à Fábrica Perseverança, revelando a repercussão do ocorrido no meio operário. A manifestação se realizou nas imediações do mercado São Braz, à praça Floriano Peixoto, e contou com a participação de “operários e operárias de diversas fábricas, especialmente da ‘Alliança’ e da Perseverança”²⁹. O jornal *O Semeador* citou, entre os oradores que fizeram discursos nas manifestações do dia, os nomes das operárias Cecília Carvalho, Saturnina Otêro, no *meeting* da Praça Floriano Peixoto, e Anna Sirene, na sessão solene no Teatro da Paz³⁰.

Apesar da violenta repressão, o movimento das cordoeiras continuou; se imbricando com a Greve Geral de maio de 1919, que reivindicava a jornada de oito horas de trabalho. Ainda nas manifestações de 1º de Maio, uma “delegação de moças que contribuía para o bom êxito da festa do trabalho” procurou um articulista do *Estado do Pará* para denunciar as condições de labuta da fábrica de cordas e expor suas reivindicações: as trabalhadoras recebiam como diária no máximo 2\$500 e exigiam os aumentos de 4\$000 para as de 1º classe, 3\$000 para as de 2ª e 1\$000 para as de 3ª. A argumentação delas induziu o articulista a “crer que é muito justa e até merecedora de apoio a pretensão das operárias”³¹.

Pari passu com a greve das trabalhadoras da Perseverança, é formada no fim de abril a *Liga de Resistência das Operárias do Pará*. Sobre a fundação desta entidade, um articulista de *O Semeador* comentou que:

Graças aos ingentes esforços da F.C.T, as operárias de Belém retomaram o lugar que foram forçadas a abandonar quando do fechamento da U.G.T em novembro do ano passado. Aconteceu o que sempre há acontecido: desta vez vieram mais fortes, em maior número e mais decididas!³²

A quase simultaneidade da fundação da *Liga* e do início da greve parecem ser mais do que coincidência. Na edição seguinte, o mesmo periódico comentou que as trabalhadoras por trás da *Liga* continuavam “Intemeratas, fortíssimas em suas resoluções, trabalhando para o levantamento da classe, por tantos anos lançada no esquecimento. E se não, vejam a notícia que hoje damos sobre a fábrica de cordas”³³. Já em seu terceiro número, o jornal noticiou que o *Sindicato dos A. Alfaiates*

²⁷ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. n° 2908, 30 de abril de 1919, p. 2.

²⁸ “Fábrica de cordas”. *O Semeador*, Belém. n° 2, 1º de maio de 1919, p. 4.

²⁹ “As festas do Trabalho”. *Estado do Pará*, Belém. n° 02910, 2 de maio de 1919, p.1.

³⁰ “1º de maio”. *O Semeador*, Belém. n° 4, 21 de maio de 1919, p. 3.

³¹ “A greve dos operários”. *Estado do Pará*, Belém. n° 2912, 4 de maio de 1919, p. 2.

³² “Vida Syndical”. *O Semeador*, Belém. n° 1, 26 de abril de 1919, p. 4.

³³ “Vida Syndical”. *O Semeador*, Belém. n° 2, 1º de maio de 1919, p. 4.

e *Costureiras*, em reunião de assembleia geral realizada no dia 4 de maio, considerando a gravidade dos acontecimentos ocorridos alguns dias antes na fábrica de cordas, “resolveu tornar público o seu veemente protesto contra as ações arbitrárias da polícia, como a sua incondicional solidariedade à Liga de Resistência das O. do Pará”³⁴. Estes comentários são indícios de que as operárias da *Liga* estiveram na articulação do movimento paredista da fábrica de cordas. A FCT também expressou solidariedade a elas e nomeou uma comissão para acompanhar as grevistas, composta por Tito Salgado, J. Marques, Antônio Leite e José Barradas. A partir deste momento, a *Liga* esteve frequentemente na coluna Vida Sindical³⁵ d’O *Semeador*, do número 5, de 14 de junho, ao número 28, de 29 de novembro de 1919, sempre informando que ela se reunia aos domingos, às 2 horas da tarde, na rua Bailique, 49. Não foram encontradas, todavia, outras referências à organização, indicando que provavelmente ela se dispersou neste meio tempo. Ela não consta em nenhum momento na coluna Movimento Sindical³⁶ do *A Voz do Trabalhador*, indicando que não mais existia em 1920.

No que pese os múltiplos apoios que as operárias receberam após o incidente de 29 de abril, elas continuaram a sofrer com novas repressões violentas. Na primeira semana de maio, a greve prosseguia, não passando um dia em que elas “não se apresentem rondando a Fábrica e (...) que consigam trazer duas, três, quatro e mais furonas...”³⁷. No dia 22 daquele mês, o sr. Pádua Andrade – gerente da Perseverança – mandou três operários da fábrica dispersarem a bofetadas algumas grevistas que permaneciam pelas imediações do estabelecimento, tentando convencer as fura-greves (chamadas de “furonas” pela imprensa operária) a aderir. Ato contínuo:

À vista da agressão insólita desses operários, as grevistas reagiram a pedradas, uma das quais atingiu Domingos [um dos agressores]. As grevistas espancadas chamam-se Luiza Dantas, residente à rua dos Mundurucus; Maria do Carmo Souza, residente no Marco; Maria Generosa, moradora à travessa 22 de junho e Ramira Oliveira, residente à avenida de S. Jerônimo.³⁸

Tanto os agressores quanto as grevistas foram parar na chefatura de polícia devido ao incidente. As cordoeiras da Perseverança fizeram parte dos segmentos mais radicais da classe trabalhadora em Belém na greve geral de 1919. Em matéria publicada em fins de maio no *Estado do Pará*, onde foi feito um balanço do final do movimento paredista, quando a maior parte das categorias já tinham retornado ao serviço, pode-se ler que “as operárias da fábrica de cordas continuam em greve”³⁹. Apesar da resiliência das trabalhadoras na manutenção do movimento por quase um mês, elas foram derrotadas. Se seguiram as demissões, como pode-se depreender de um pequeno anúncio publicado na imprensa diária onde “pede-se às ex-operárias e ex-operários desta Fábrica [de cordas Perseverança] se sirvam retirar suas roupas de trabalho”⁴⁰.

Sem desconsiderar as especificidades de cada um, é possível estabelecer algumas generalizações nesses movimentos. Uma delas é a presença constante de fura greves, verificadas no caso das

³⁴ “Diversas notícias”. *O Semeador*, Belém. n° 3, 10 de maio de 1919, p. 4.

³⁵ Coluna fixa, geralmente na quarta página, onde a redação divulgava os endereços e datas das reuniões dos diversos sindicatos e organizações classistas da cidade.

³⁶ Assim como a “Vida Sindical” de *O Semeador*, esta era uma coluna fixa, geralmente na quarta página, onde a redação divulgava os endereços e datas das reuniões dos diversos sindicatos e organizações classistas da cidade.

³⁷ “Fábrica de cordas”. *O Semeador*, Belém. n° 3, 10 de maio de 1919, p. 3.

³⁸ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. n° 2931, 23 de maio de 1919, p. 1.

³⁹ “Operários em greve”. *Estado do Pará*, Belém. n° 2935, 27 de maio de 1919, p. 2.

⁴⁰ “Fábrica de cordas”. *Estado do Pará*, Belém. n° 2937, 29 de maio de 1919, p. 8.

paredes nas fábricas Palmeira, Aliança, Girafa e Perseverança, revelando a dificuldade na mobilização das trabalhadoras: talvez a maioria não quisesse perder os parques ordenados, naquele momento de profunda crise econômica – o que poderia levar mesmo à fome.

Outro fator desestimulante à adesão, que também é uma característica geral, era a forte repressão que as operárias sofriam: as da Palmeira foram sumariamente demitidas; as da Aliança foram detidas às dezenas; e as da Perseverança sofreram sucessivos atos de repressão, inclusive com agressões físicas e ameaças. No que tange aos motivos e reivindicações, todas as greves foram iniciadas em protesto contra condições de trabalho, por aumento salarial ou em solidariedade às outras categorias; nesse aspecto, foram muito parecidas com as greves empreendidas por trabalhadores masculinos no mesmo período.

Em relação às lideranças femininas, percebe-se que – diferente das masculinas, como Tito Salgado, Júlio Clemente, José Marques da Costa, Benito Rodrigues, Antônio Cesár de Oliveira, dentre outros, cuja atuação continuada pode ser constatada pelas referências espaçadas nos periódicos – eram predominantemente de ocasião, forjando-se de forma semiespontânea nas greves e momentos de protesto. Os nomes das costureiras Graciana Santos, Isabel Vieira da Silva e Philomena Mata da Silva; das cordoeiras Maria do Carmo Souza, Luíza Dantas, Ramira Oliveira, Maria Generosa; e das cigarreiras Elvira Maria Rodrigues, Isabel Paula e Angocilla Nascimento, apareceram cada uma apenas uma vez na documentação. O que não diminui a importância destes sujeitos, já que a história da classe operária – ou mesmo de seu movimento – não pode ser resumida à atuação das lideranças mais destacadas.

Já no que tange à presença das trabalhadoras nas associações de classe belemenses, percebe-se que, embora não ocupassem os cargos nas diretorias, podiam ser encontradas nas organizações das categorias onde eram numerosas, como no *Sindicato dos Artistas Alfaiates e Costureiras* e no *Sindicato dos Manipuladores de Cigarro do Pará*. O alijamento das mulheres dos cargos diretivos nos sindicatos e associações de trabalhadores, ou mesmo dos próprios sindicatos em si, não é uma exclusividade da região amazônica, sendo percebido no movimento operário francês da virada no oitocentos para o novecentos (PERROT, 2017, p. 192-193) e em São Paulo, na mesma conjuntura (FRACARRO, 2017); Cláudio Batalha (2018, p. 119) aponta que, no Brasil da Primeira República, embora o trabalho feminino tenha sido majoritário em alguns ramos fabris, como o têxtil e de vestuário, ele “esteve subrepresentado na face mais visível da classe operária: suas organizações.”

Nos estatutos das organizações operárias paraenses, eram frequentes artigos que indicavam que elas aceitavam trabalhadores independentemente “de cor, nacionalidade, religião ou credo político”, mas a maioria não falava nada sobre o gênero; duas exceções que podem ser citadas são os estatutos da *União dos Operários Sapateiros* e da *União dos Manipuladores de Pão*, ambas fundadas em 1913, que em seus respectivos e idênticos terceiros artigos determinavam que seriam admitidos nessas sociedades sócios “sem distinção de cor, sexos e nacionalidade e desde que não explore por conta própria operários ou aprendizes”⁴¹. Particularmente importante parece ter sido a *Liga de Resistência das Operárias do Pará*, fundada em abril de 1919, cujas informações são escassas, mas que parecia pretender congregar apenas trabalhadores mulheres e de diversas categorias. Infelizmente, o número de referências a esta entidade é inversamente proporcional à sua importância.

⁴¹ Cópias digitalizadas destes e de outros estatutos podem ser consultados em: <https://www.cma.ufpa.br/caixas/caixas.html>. Consultado em 15 de abril de 2021.

Por fim, pode-se perceber a solidariedade constante dos trabalhadores homens em relação às suas companheiras: a direção da UGT interferiu a favor das operárias da Aliança, na greve de setembro de 1918; cigarreiros e cigarreiras estiveram lado a lado na greve da categoria no final do mesmo ano; os redatores de *O Semeador* deram uma cobertura positiva à greve das cordoeiras da Perseverança. A solidariedade era de mão dupla, como pode-se perceber pela adesão de trabalhadoras de diversos estabelecimentos fabris em apoio aos motoristas e condutores de bonde em luta por aumento de salário, em outubro de 1918. O que não significa a ausência de conflitos e relações de poder entre trabalhadores de ambos os gêneros, como pode ser percebido no caso citado acima onde os operários da fábrica Perseverança agrediram as cordoeiras em greve.

No entanto, pode-se notar entre os militantes operários belenenses daquele período, sobretudo entre os anarquistas e sindicalistas revolucionários, estímulos para o engajamento das mulheres no movimento operário. Desta forma, o comerciário anarquista Honório Santos – em artigo concitando os trabalhadores à união – argumentou que:

(...) se a mulher se interessasse, a sério, pelas questões que dizem respeito à emancipação do proletariado, muitas dificuldades desapareceriam, muito tempo se ganharia, muito mais rápido se caminhará para vitória.

E porque tudo isto se reconhece, é que se tem sempre procurado interessar a mulher no movimento social, esforçando-se os militantes por entusiasmar a sua companheira, a sua irmã ou a sua filha, pelos acontecimentos a que ele deu lugar.

Eu sei que se fazem esforços para que as mulheres concorram às manifestações de propaganda; que se lhes dão livros, jornais, folhetos a ler; que em casa se conversa sobre o que se diz o jornal, de modo a fazer ver o aspecto da questão que nos apaixona.⁴²

Já o também caixeiro Fernando Nazareth finaliza um texto sobre o dever dos trabalhadores e a beneficência dando vivas à emancipação operária, à emancipação da mulher e ao Livre-Pensamento⁴³. O tipógrafo e escritor Bruno de Menezes⁴⁴ proferiu uma conferência intitulada “Da mulher operária”, no final 1919, na sede da União dos Chauffers – que foi transcrita e publicada pelo *O Semeador*. Ao longo de sua fala, Menezes cita vários pensadores e livros sobre a temática – “A Mulher não pode instruir nem educar”, de M. Trombeta; “A escravidão social da mulher”, de Russomano; “A arte da educação da mulher”, de Antero de Figueiredo; e “O Amor Livre”, de Charles Albert –, demonstrando uma preocupação deste militante com a situação e com as condições das mulheres operárias na sociedade e indicando quais referências teóricas sobre a questão circulavam entre os militantes paraenses. O livro de Albert, citado por Menezes, também consta na coluna “Leitura Proveitosa”⁴⁵ do periódico *A Revolta*, disponibilizado por sua redação ao preço de 1\$500 réis.

⁴² SANTOS, Honório. “Escutae Operário”. *O Semeador*, Belém. n° 4, 21 de maio de 1919, p. 3.i

⁴³ NAZARÉ, Fernando. “O dever dos trabalhadores e a Beneficência”. *O Semeador*, Belém. n° 16, 6/9/1919, p. 2-3.

⁴⁴ Sobre Bruno de Menezes, ver: FIGUEIREDO, 2005.

⁴⁵ Coluna fixa, geralmente localizada na quarta página deste periódico, que anunciava livros que eram vendidos pela oficina do mesmo. Livros referentes ao movimento operário.

3. As Mulheres na Imprensa Operária Belemense

As mulheres também marcaram presença na imprensa operária paraense deste momento, seja escrevendo alguns artigos, seja lendo os próprios jornais⁴⁶. A “questão feminina” também foi temática recorrente entre os artigos e editoriais das folhas operárias, como pode-se perceber na Tabela 1 – que elenca uma série de artigos assinados por mulheres e/ou cuja temática principal gira em torno da questão de gênero. Esta lista não se pretendeu exaustiva, já que as coleções dos jornais que dispomos são bastante fragmentárias e muito provavelmente outros textos sobre a temática foram publicados nos números que não foram preservados ou encontrados. De qualquer forma, estes artigos e editoriais são testemunhas interessantes, tanto da presença delas na imprensa operária quanto das representações masculinas que eram feitas sobre elas no meio militante.

Tabela 01: A mulher na imprensa operária paraense (1918-1920)

Título	Autor	Jornal	Número/data
Pela Rússia Livre: A nacionalização das mulheres	–	<i>A Revolta</i>	Nº 1, 26/07/1919
A Mulher	Amatoris	<i>O Semeador</i>	Nº 1, 26/04/1919
“Palavras” e “Reivindicação”	“Uma grevista” e Aida Arthur	<i>O Semeador</i>	Nº 5, 14/06/1919
Nossa Culpa	Catharina Karkar	<i>O Semeador</i>	Nº 7, 05/07/1919
A mulher e o amor livre	Amatoris	<i>O Semeador</i>	Nº 8, 12/07/1919
A Mulher	Mario Amador	<i>O Semeador</i>	Nº 20, 04/10/1919; nº 23, 25/10/1919.
Companheira exemplar	Gabriel Luna	<i>O Semeador</i>	Nº 25, 8/11/1919
O despertar da mulher	Vitória Régia	<i>O Semeador</i>	Nº 28, 29/11/1919.
Como eles andam	Vitória Régia	<i>O Semeador</i>	Nº 29, 06/12/1919.
Da mulher operária	Bruno de Menezes	<i>O Semeador</i>	Nº 31, 20/12/1919; nº 33, 03/01/1920; nº 34, 10/01/1920.
A mulher	–	<i>O Semeador</i>	Nº 38, 07/02/1920.
As fábricas de roupas	Mário Amador	<i>O Semeador</i>	Nº 39, 14/02/1920.
Às trabalhistas do Pará	–	<i>O Semeador</i>	Nº 42, 06/03/1920.
As vítimas da fome	Amatoris	<i>O Semeador</i>	Nº 43, 13/03/1920
Tem graça	Amatoris	<i>O Semeador</i>	Nº 44, 20/03/1920
A emancipação feminista.	H. Santos	<i>A Voz do Trabalhador</i>	Nº 1, 01/05/1920
Eduquemos a mulher operária.	Sócrates	<i>A Voz do Trabalhador</i>	Nº 17, 21/08/1920

Fonte: organizado pelo autor.

⁴⁶ Uma das leitoras ficou registrada n’O Semeador após um de seus articulistas publicar no próprio jornal um “Bilhete aberto, a uma senhora que diz ler o Semeador”, respondendo o questionamento feito por ela do porquê seus animadores adotarem a “doutrina anárquica”. “Bilhete aberto” em: *O Semeador*, Belém, nº 18, 20/9/1919, p. 2.

Embora não tenham sido incluídas na tabela acima, as folhas trabalhistas também publicaram algumas transcrições de textos assinados por mulheres, como o da militante anarquista e pedagoga espanhola Soledad Villafranca (1880-1948), sobre a pedagogia libertária⁴⁷; o artigo da militante carioca que adotava o pseudônimo de Nympha de Vimnar, sobre a morte de João Plácido de Albuquerque na capital federal, quando este representava os trabalhadores paraenses no Terceiro Congresso Operário Brasileiro⁴⁸; ou ainda, notícias da articulação de mulheres no meio associativo em outras localidades, como da fundação do *Centro Feminino de Estudos Sociais*, no Rio de Janeiro, em princípios de 1920⁴⁹.

Em vários destes textos é salientada a importância da educação formal e intelectual das mulheres como estratégia e dever patente dos militantes, como fica expresso pelo título do artigo assinado por “Sócrates” e publicado no número 17 de *A Voz do Trabalhador*. Honório Santos, em editorial no mesmo jornal, escreveu que “emancipar a mulher consiste tão somente em educá-la”; já Bruno de Menezes, na já citada conferência que proferiu em 1919, lamenta que “bem poucas são as nossas companheiras que lograram ler e escrever corretamente”. Neste sentido, os libertários paraenses⁵⁰ estão em consonância com os de outras regiões do país, como os paulistanos; analisando o discurso destes últimos na imprensa libertária da paulicéia, Margareth Rago (1985, p. 97) indica que a instrução das mulheres era vista por eles como uma “arma privilegiada de libertação” e “de luta contra as classes dominantes, contra o poder da Igreja e contra o Estado”.

Embora os militantes libertários levantassem a bandeira da emancipação feminina, não deixaram de reproduzir parte da ideologia dominante que pretendia relegar às mulheres os papéis de responsáveis quase exclusivas da criação dos filhos, como notaram várias autoras (RAGO, 1985; PRACCHIA, 1994). Nas palavras de Lygia Pracchia (1994, p.77), analisando o discurso dos libertários do eixo Rio-São Paulo sobre a educação das mulheres, “o argumento mais importante para que o elemento feminino tenha acesso à educação racional é que, livrando-se da ignorância (...) ela poderá, como mãe, melhor educar os filhos.”. Esse mesmo elemento pode ser encontrado entre os libertários paraenses, como fica expresso em artigo do primeiro número de *O Semeador*, com o sugestivo título “A Mulher”, onde o articulista afirma que “Ela, antes de mais nada deveria educar-se para que o reflexo de sua educação se refletisse [sic] na prole, na ramificação vulgarmente longa de sua árvore genealógica; transmitir-se-ia a educação de família em família até a completa perfeição humana”⁵¹. No entanto, como ressalta Pracchia (1994, p.78), “esses limites impostos pelos libertários à luta da mulher e por ela, não invalidam a própria luta, apenas moldam seus contornos e suas nuances.”.

Algumas mulheres também publicaram textos nos periódicos de trabalhadores. É o caso dos pequenos artigos intitulados “Palavras” e “Reivindicação”, assinados respectivamente por “uma grevista” e Aida Arthur, ambos publicados na edição 5 de *O Semeador*. O primeiro, provavelmente escrito por uma operária da Perseverança, lamenta pelo vigário de Nazaré ter cedido pessoal para normalizar o serviço da fábrica de cordas, sabotando desta forma o movimento, e aponta as suas “convicções inabaláveis” e as “ideias firmes, seguras e cheias de probidade” como principais armas

⁴⁷ VILAFRANCA, Soledad. “O ensino racional”. *O Semeador*, Belém. n.º 22, 18 de outubro de 1919, p. 1.

⁴⁸ VIMNAR, Nympha. “Duro contraste”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 8, 19 de junho de 1920, p. 1.

⁴⁹ “Centro feminino de estudos sociais”. *A Voz do Trabalhador*, Belém. n.º 16, 14 de agosto de 1920, p. 3.

⁵⁰ Isto é, os segmentos do movimento operário paraense que se concentravam na FCT e nos jornais *A Revolta*, *A Voz do Trabalhador* e *O Semeador*, que se dividiam entre “anarquistas sindicalistas” e “anarco-comunistas” (FIGUEIREDO, 2005, p.70), também denominados genericamente como “libertários”.

⁵¹ AMATOTIS. “A Mulher”. *O Semeador*, Belém. n.º 1, 26 de abril de 1919, p. 1-2.

na luta contra a burguesia. Já no segundo, um pequeno artigo assinado por Aida Arthur, concitava os “homens que trabalham para mais cedo ou mais tarde não enxergarem a miséria” a não esmorecerem na luta, mesmo com a repressão que porventura venham a sofrer, já que “a obra está quase completa”.

Outra articulista, que assina como Vitória Régia – provavelmente um pseudônimo⁵² –, publicou dois artigos no mesmo jornal. Logo no primeiro, reflete acerca da condição da mulher e, em tom intimista, revela a insegurança que a afeta ao se jogar na arena jornalística, ao mesmo tempo em que afirma seu espaço no periodismo:

Qual criança a tremer quando ensaia os primeiros passos no caminho da vida; assim eu tremo. E por que? Porque sou mulher, mas porventura as mulheres não terão os mesmos direitos que têm os que pertencem ao sexo forte? Tem! Nós é que nos supomos fracas e por isso que vivemos subjugadas à qualquer joguete; influenciadas por outras pessoas que julgamos poderosas, deixamos germinar em nosso cérebro, como um cancro devastador, a sua peçonha venenosa; eis o nosso erro.⁵³

Os dois textos são perpassados pelo anticlericalismo. No primeiro, ela comenta um episódio que teria acontecido na vila de Pinheiro (Maranhão), onde um padre diretor de uma instituição educacional obrigou as professoras e discípulas a usarem vestidos longos de golas altas, “por ter medo de ser tentado por um colo de virgem”; com isto provando “que não tem força moral sobre si”. No segundo, Vitória Régia comenta um telegrama de Teresina, reproduzido em um dos diários belemenses (não especificado), que contava o caso do reverendo Clarindo Lopes, que contraiu matrimônio em Campo Maior, cidade onde fora vigário, mas que foi exortado pelo bispo de lá a abandonar a esposa em nome do celibato católico. Vitória Régia execra o ocorrido, o qualificando como “monstruosidade” e afirmando que “parece incrível que uma religião que legaliza o matrimônio seja a primeira a aconselhar (...) a quebra de um contrato feito entre duas pessoas que não sofrem das faculdades mentais”, finalizando o texto desejando muitas felicidades e prole numerosa a Clarindo Lopes.

O tema do anticlericalismo também está presente em um artigo assinado pelo pseudônimo de Amatoris, com severas críticas às freiras – condenando fortemente os hábitos e “absolutamente o modo hipócrita de viver”⁵⁴. Tanto o anticlericalismo quanto a questão da Mulher foram assuntos recorrentes nos textos de Amatoris, como pode-se notar na tabela 01. O pseudônimo não permite identificar se se tratava de um homem ou de uma mulher. A associação entre emancipação da mulher e o anticlericalismo e/ou o levantamento do anticlericalismo por mulheres na imprensa operária e anarquista foi comum naquele momento (MARTINS, P., 2019; PRACCHYA, 1994; SOUZA, 2018).

Pode-se identificar outros momentos em que mulheres participaram de movimentos anticlericais operários em Belém. Uma década antes de Vitória Régia e Amatoris publicarem seus artigos

⁵² Como já apontou Maria Luiza U. Pinheiro (2015, p. 174), abordando a imprensa operária amazonense, o uso de iniciais ou pseudônimos era uma prática muito comum entre os produtores e colaboradores dos jornais trabalhistas, como forma de se resguardar de possíveis retaliações, o que faz com que as informações sobre estes sujeitos sejam bastante fragmentárias ou inexistentes, dificultando a análise de suas trajetórias.

⁵³ RÉGIA Vitória. “O despertar da mulher”. *O Semeador*, Belém. n° 28, 29 de novembro de 1919, p. 1.

⁵⁴ AMATORIS. “Tem Graça!”. *O Semeador*, Belém. n° 44, 20 de março de 1920, p. 1.

em *O Semeador*, Maria Lages Guerra – esposa do chofer português expulso do Pará em 1914, Eduardo Guerra (FONTES, 2016, p. 135) – enviou uma carta ao jornal anticlerical e libertário paulistano *A Lanterna*, onde comenta o Sírío de Nazaré, comemoração tradicional de Belém, expressão do catolicismo regional. Nela, Guerra lamenta a multidão de maltrapilhos que “dá ideia da ignorância e do atraso do nosso povo.”⁵⁵. Nos anos seguintes, Guerra esteve envolvida nas organizações classistas na cidade: em julho de 1912, assinou junto a outros militantes uma carta de protesto contra a agressão que o militante paulista Francisco Calvo sofreu da polícia⁵⁶. Alguns meses depois, foi uma das assinantes – a única mulher – da ata de fundação do Centro Sindicalista das Classes Trabalhadoras do Pará, organização de orientação sindicalista revolucionária cujo fim era “fazer uma ativa propaganda do ideal de emancipação humana no seio dos trabalhadores”⁵⁷. Maria Guerra foi uma das principais lideranças femininas no movimento operário paraense do início do novecentos.

No mesmo período, algumas mulheres participaram da articulação e funcionamento do *Centro Humanitário Amor, Sciencia e Liberdade*, fundado em 1º de maio de 1912, que tinha por fim principal “manter uma biblioteca e uma escola prática para o desenvolvimento intelectual e a educação racional de seus associados e alunos, compostos exclusivamente de livres-pensadores”. Esta organização também trocava correspondência com os redatores do *A Lanterna*, da qual uma parte foi publicada em dezembro de 1912: em uma carta de protesto dos membros do *Centro* e dos alunos da “Escola Livre Século XX” – “compostos de operários e filhos de operários livres-pensadores” – contra a realização do Congresso Operário convocado por Hermes da Fonseca naquele ano, assinam cerca de trinta pessoas⁵⁸, entre os quais consta os nomes de Lucila Monteiro, Clara de Almeida e Ana Monteiro; no dia 13 de outubro (talvez não por coincidência no aniversário do assassinato de Francisco Ferrer), os signatários deste protesto fundaram a Liga Anticlerical do Pará, anexa ao *Centro*; Lucila Monteiro ocupava o cargo de secretário-correspondente do *Centro*⁵⁹. A última referência encontrada sobre esta organização data de janeiro de 1914, em um anúncio de *A Lanterna*, onde seu endereço para correspondência foi indicado como Estrada de S. Braz, 36⁶⁰.

Embora os militantes do *Centro* pautassem assuntos educacionais ou francamente anticlericais, a questão operária também ocupava lugar em suas preocupações, como pode-se perceber no protesto contra o Congresso “dos falsos operários” de 1912, na indicação de que os estudantes de sua escola eram filhos de operários, na manifestação do “desejo de entrar em relações com todos os jornais, sociedades e grupos operários e de propaganda do Brasil e também do exterior”⁶¹ e na presença de conhecidos militantes operários, como Eduardo Guerra e o sapateiro espanhol Antônio Dominguez, em suas fileiras.

Os sobrenomes das participantes são indicativos de parentesco com outros membros do *Centro*. Lucila Monteiro e Ana Monteiro podem ter ligações com Manoel Monteiro, bibliotecário da mesma organização. Já Clara de Almeida parece ter, mais claramente, ligação com José de Almeida,

⁵⁵ GUERRA, Maria L. “A ‘Lanterna’ no Pará”. *A Lanterna*, São Paulo. n° 63, 24 de dezembro de 1910, p. 2.

⁵⁶ “Vida Operária”. *A Lanterna*, São Paulo. n° 152, 17 de agosto de 1912, p. 3.

⁵⁷ “Vida Operária”. *A Lanterna*, São Paulo. n° 156, 14 de setembro de 1912, p. 4.

⁵⁸ André Lobo, Lucila Monteiro, Clarindo Castro, Esmeraldo Mota, A. Castelo Branco, Alberto Abreu, Diocécio Banhos, Alberico Aguiar, Alcides Silva, Júlio Carneiro, Lincoln Pires, Manoel Monteiro, Nestor Galvão, José de Almeida, Clara de Almeida, Djalma Caldas, Anatólio Caldas, Ana Monteiro, Eduardo Guerra, José Loureiro, José Cezar, Artur Aguiar, Abel Nogueira, José Nogueira, Adolfo Ferron, José Conde, Júlio Barbarro, Manoel Salgado e Antônio Dominguez.

⁵⁹ “Núcleos da Vanguarda”. *A Lanterna*, São Paulo. n° 169, 14 de dezembro de 1912, p. 4.

⁶⁰ “Núcleos de Vanguarda”. *A Lanterna*, São Paulo. n° 227, 24 de janeiro de 1914, p. 3.

⁶¹ “Núcleos de Vanguarda”. *A Lanterna*, São Paulo. n° 154, 31 de agosto de 1912, p. 4.

tendo em vista que os nomes de ambos aparecem lado a lado nas assinaturas de protesto contra o Congresso operário de 1912. Talvez fossem, assim como Eduardo e Maria Guerra, “una familia radical en la que ambos sexos y más de una generación formaron parte de la dirigencia local”, como as que Dorothy Thompons (2013, p. 4) identifica como comuns no movimento operário inglês da primeira metade do século XIX. Embora o nome de Maria Guerra não conste nas referências sobre o *Centro*, é factível a hipótese de que ela acompanhasse as atividades desta organização, tendo em vista seu expresso anticlericalismo.

Conforme Gláucia Flaccaro (2017, p.76), “(...) é preciso abordar a presença das mulheres no movimento operário tendo em vista as suas pautas específicas e a forma como essas reivindicações se inseriam na atuação política mais ampla da classe.”. Neste sentido, o anticlericalismo foi uma pauta assumida com especial ênfase pelas mulheres na imprensa operária de Belém e revela uma atuação política de contestação e resistência a opressões outras que não as exclusivamente econômicas.

CONCLUSÕES

Premidas pelas jornadas de trabalho diárias escorchantes, pelas exigências do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos, pressionadas pelo patriarcado que pretendia relegá-las ao espaço privado – com apoio e aquiescência, inclusive, de vários trabalhadores homens –, muitas operárias belemenses não encontraram tempo ou interesse pela vida sindical e associativa ou por outras manifestações classistas, como a imprensa operária.

No entanto, algumas trabalhadoras cidadinas também marcaram presença nas agitações trabalhistas de Belém naqueles conturbados anos finais da década de 1910; inclusive, com um grau de radicalidade que contrasta com as representações geralmente difundidas pela imprensa que as apresentavam como o “sexo frágil”, dóceis, passivas, moderadas e ordeiras. Foram protagonistas de pelo menos quatro greves entre 1918 a 1919 reivindicando aumentos salariais e melhores condições de trabalho, além de estarem presentes nas três greves gerais empreendidas pelo proletariado paraense no mesmo período. Embora excluídas dos cargos de direção, estavam presentes em alguns sindicatos, como no dos cigarreiros e no dos alfaiates e costureiras. Algumas delas, como Vitória Régia, Aida Arthur e uma grevista anônima, assinaram artigos nos jornais de trabalhadores que circulavam naquele momento – que por sua vez também publicava artigos, assinados por homens, que colocavam em pauta a emancipação da mulher e as condições do trabalho feminino.

Seja participando das manifestações do primeiro de maio; das assembleias ou de *meetings*; consumindo ou colaborando com a imprensa operária; paralisando o trabalho por aumento de salários, em solidariedade às outras categorias ou reivindicando condições mais dignas; arremessando pedras ou ridicularizando os trabalhadores fura-greves, elas também fizeram parte da história da classe trabalhadora na capital amazônica. Uma história de estruturas de dominação, mas também de ações de resistência, individuais e coletivas, a essas estruturas.

REFERÊNCIAS

- BATALHA, Cláudio de Moraes. “Formação da Classe Operária e projetos de identidade coletiva”. Em: DELGADO, Lucila de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs). *O tempo do liberalismo oligárquico: da proclamação da república à revolução de 1930*. (Coleção o Brasil republicano, volume 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém - 1870-1920)*. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. RUBRA POESIA-Bruno de Menezes, anarquista, 1913-1923. *ASAS DA PALAVRA*, v. 10, n. 1, p. 69-77, 2005.
- FONTES, Edilza J. O. *Preferem-se português(as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. - Belém: EditAedi, 2016.
- FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 76, p. 73-90, 2017.
- LOBO, Marcelo Ferreira. O trabalho doméstico em Belém: entre a escravidão e liberdade (1880-1898). In: SPERANZA, Clarice Gontarski; SCHEER, Micaele (Orgs). *Trabalho, democracia e direitos, volume 1: trabalho livre e escravizado*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, p. 359-388, 2019.
- MARTINS, Maria José Moraes. *A Gripe Espanhola em Belém, 1918. Cidade, cotidiano e medicina*. Tese de Doutorado –Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação e História Social da Amazônia. Belém, 2018.
- MARTINS, Pablo dos Santos. O anticlericalismo anarquista durante a primeira república Brasileira (1899-1920). *Revista Cantareira*, (28), p. 150-160, 2018.
- OLIVEIRA, Adriano C. de. *Trabalhadores na Primeira República no Pará (1860-1930): estudos sobre organizações e greves de uma classe em formação*. 2019. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2017.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças associações e greves em Manaus (1880-1930)*. Jundiá: Paco Editorial, 2017.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Manaus: EDUA, 2015.
- PRACCHIA, Lygia. Os libertários e os caminhos da emancipação feminina. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 11, p. 69-78, 1994.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.
- RODRIGUES, José Ivanilson da Luz. *O Labor Feminino do Lar à Fábrica: Lutas, Práticas e Representação Social (Belém, 1930-1935)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém.

SALLES, Vicente. *Marxismo, socialismo e os militantes excluídos: capítulos da história do Pará*. Belém: Paka-Tatu, 2001.

_____. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: Edições CEJUP, 1992.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: TA Queiroz, 1980.

SOUZA, Ingrid Souza Ladeira de. O anticlericalismo e a luta feminina anarquista: La Voz de la Mujer como estudo de caso (Buenos Aires, 1896). *Pergaminho* (9): 27-44, 2018

THOMPSON, Dorothy. Las mujeres y la radicalidad política en el siglo XIX: una dimensión ignorada. *Mora*, n. 19, p. 65-82, 2013.

VIEIRA, Elis Regina Corrêa. *Manchete do dia: imprensa paraense e saneamento rural*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2016.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.